



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

PORTARIA INEA PRES Nº 286 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011

RECONHECE COMO RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL, EM CARÁTER PROVISÓRIO, A RPPN FAZENDA SANTO ANTONIO DO BOM JARDIM, SITUADA NO MUNICÍPIO DE MACAÉ - RIO DE JANEIRO.

A PRESIDENTE DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- o disposto no art. 21 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de outubro de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC,
- o Decreto Estadual nº 40.909, de 17 de agosto de 2007, que dispõe sobre a Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, unidade de conservação de proteção integral, no território do Estado do Rio de Janeiro,
- o disposto na Resolução da Secretaria de Estado do Ambiente - SEA nº 38, de 30 de novembro de 2007, que regulamentou o Decreto supracitado, e
- a documentação constante do Procedimento Administrativo INEA/RJ nº E-07/502.924/2010,

RESOLVE:

Art. 1º- Reconhecer, como Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, área de 451,79 hectares, de propriedade do Sr. Alencar Enne Vianna e da Sra. Anna Thereza Assed Vianna, que integra o imóvel denominado Fazenda Santo Antonio do Bom Jardim, localizado no Município de Macaé, registrado no Cartório do 3º Ofício de Notas de Macaé/RJ - matrícula/registro: 4895.

Parágrafo Único- O reconhecimento de que trata esta Portaria possui caráter provisório, estando o reconhecimento definitivo condicionado ao gravame de perpetuidade no Cartório de Registro de Imóveis competente, conforme o estabelecido no art. 3º, inciso VII do Decreto Estadual nº 40.909/2007.

Art. 2º- A RPPN acima qualificada tem seus limites descritos a partir do levantamento topográfico realizado, conforme memorial descritivo constante no procedimento administrativo INEA/RJ nº E-07/502.924/2010.

Art. 3º- A RPPN será administrada pelos proprietários do imóvel ou seu representante legal, que serão responsáveis pelo cumprimento das exigências contidas na Lei Federal nº 9.985/2000, Decreto Estadual nº 40.909/2007 e na Resolução SEA nº

38/2007, devendo proceder, no prazo de 60 (sessenta) dias, à averbação do respectivo Termo de Compromisso no Cartório de Registro Geral de Imóveis competente, quando então estará apto a receber o reconhecimento definitivo.

Art. 4º- As condutas e atividades lesivas a esta RPPN sujeitarão os responsáveis às penalidades e sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

Art. 5º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 2011

MARILENE RAMOS

Presidente

Publicada em 29.11.11, nº 222, página 23